

## **PARECER Nº       , DE 2019**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 352, de 2016, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações informações referentes à transferência de controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE

Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Gomes

### **I – RELATÓRIO**

Por meio do Requerimento nº 352, de 2016, a COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) solicita ao Ministro de Estado das Comunicações a prestação de informações acerca da a transferência indireta do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins, nos seguintes termos:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

O documento é instruído com o Parecer nº 501 de 2016, da CCT, da lavra do Senador FLEXA RIBEIRO, que levanta questões relevantes

quanto à eventual incompletude da documentação necessária à regularidade da alteração contratual relativa à TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA.

Dessa forma, a CCT considerou razoável formular requerimento no sentido de esclarecer a real situação da empresa e deferir, se for o caso, a alteração contratual pretendida.

## II – ANÁLISE

O Requerimento nº 352, de 2016, encontra amparo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que concede à Mesa do Senado a faculdade de encaminhar a Ministros de Estado, e a outras autoridades públicas, pedidos escritos de informação.

Adicionalmente, o texto preenche os requisitos previstos no art. 216, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, e no Ato da Mesa nº 1, de 2001. Não se trata de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre o propósito da autoridade a quem é dirigido.

Entende-se, portanto, que a iniciativa pode seguir seu curso, dada sua compatibilidade com os ditames da Constituição Federal e do Regimento Interno desta Casa.

Por fim, destaca-se que, por meio da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, originária da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, o Ministério das Comunicações foi extinto e suas atribuições transferidas para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que passou a se denominar Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Portanto, deve-se atualizar o direcionamento do requerimento para o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

## III – VOTO

Ante o exposto, o nosso voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 352, de 2016, nos termos do art. 335 do Regimento Interno

do Senado Federal, atualizando seu direcionamento para o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator